

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Centro Social Paroquial de Vilar de Perdizes

Ano: 2022

BALANÇO INDIVIDUAL
DEZEMBRO 2022

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	EXERCÍCIOS	
	2022	2020
ATIVO		
Ativo não corrente:		
Ativos fixos tangíveis	466.901,62	405.856,36
Ativos intangíveis	,04	,04
Ativos biológicos		
Créditos a receber	4.491,03	3.231,20
	471.392,69	409.087,60
Ativo corrente:		
Cientes	19.773,85	15.108,85
Estado e outros entes públicos	2.975,56	11.218,54
Outras créditos a receber	26.366,61	2.112,73
Diferimentos	1.209,57	2.262,57
Caixa e depósitos bancários	14.669,36	5.075,54
	64.994,95	35.778,23
Total do Ativo	536.387,64	444.865,83
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais:		
Fundos	175.026,57	175.026,57
Reservas	17.940,22	17.940,22
Resultados transitados	(89,44)	(16.255,60)
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	172.425,33	170.581,50
	365.302,68	347.292,69
Resultado líquido do período	3.178,46	16.166,16
	368.481,14	363.458,85
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO	368.481,14	363.458,85
Passivo		
Passivo não corrente:		
Financiamentos obtidos	40.000,00	
	40.000,00	
Passivo corrente:		
Fornecedores	41.267,39	20.262,79
Estado e outros entes públicos	11.599,22	7.763,19
Outras dívidas a pagar	54.670,25	51.753,73
Diferimentos	20.369,64	1.627,27
	127.906,50	81.406,98
Total do passivo	167.906,50	81.406,98
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo	536.387,64	444.865,83

**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) do período findo
em 31-12-2022
(montantes em euros)**

RUBRICAS	Montantes expressos em EURO	
	2022	2021
RENDIMENTOS E GASTOS		
Vendas e serviços prestados	258.116,60	209.940,20
Subsídios, doações e legados à exploração	168.525,13	139.569,61
Variação nos inventários da produção		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		
Fornecimentos e serviços externos	(169.533,48)	(134.304,97)
Gastos com o pessoal	(238.898,68)	(202.565,86)
Imparidade (perdas/reversões)		
Provisões (aumentos/reduções)		
Outros rendimentos	15.615,59	24.189,39
Outros gastos	(2.239,82)	(380,41)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	31.585,34	36.447,96
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(27.497,70)	(20.281,80)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	4.087,64	16.166,16
Gasto de financiamento (líquidos)	(909,18)	
Resultado antes de impostos	3.178,46	16.166,16
Resultado líquido do período	3.178,46	16.166,16

Direção



Contabilista Certificado


A. J. Castro Chaves

CC Nº 15330

**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) do período findo em
31-12-2022
(montantes em euros)**

ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2022	2021
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados		189.356,60	100.579,20
Subsídios, doações e legados à exploração		69.809,85	50.289,27
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		(124.371,25)	(64.343,50)
Gastos com o pessoal		(96.211,79)	(97.046,26)
Imparidade (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Outros rendimentos		11.455,73	11.588,77
Outros gastos		(1.643,15)	(182,25)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		48.396,00	885,23
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(20.172,55)	(9.716,71)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		28.223,44	(8.831,48)
Gasto de financiamento (líquidos)		(666,98)	
Resultado antes de impostos		27.556,46	(8.831,48)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		27.556,46	(8.831,48)

Direção

**CENTRO SOCIAL
E PAROQUIAL
DE VILAS DE PERDIGÕES**
 Rua da Escola n.º 72
 5438-461 S. Miguel - Vilas de Perdigões
 Telef: (+351) 276 535 250
 Email: centro-social-vilasperdigoes@hotmail.com


Atestado de Autenticidade
CC Nº 15330

**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) do período findo em
31-12-2022
(montantes em euros)**

CENTRO DE DIA

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO PERÍODOS	
		2022	2021
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados		34.505,00	84.471,00
Subsídios, doações e legados à exploração		54.454,87	54.015,78
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		(22.663,22)	(54.038,60)
Gastos com o pessoal		(68.972,17)	(81.503,88)
Imparidade (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Outros rendimentos		2.087,49	9.732,78
Outros gastos		(299,42)	(153,06)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(887,45)	12.524,02
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(3.675,89)	(8.160,53)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(4.563,34)	4.363,49
Gasto de financiamento (líquidos)		(121,54)	
Resultado antes de impostos		(4.684,88)	4.363,49
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(4.684,88)	4.363,49

Direção
CENTRO SOCIAL
E PAROQUIAL
VILAR DE PERDIZES
Rua do Picolo, 21
4500-101 Vila Verde, Vila Verde
Telef: (+351) 276 535 250
Email: centrosocialvilaverdes@hoimail.com

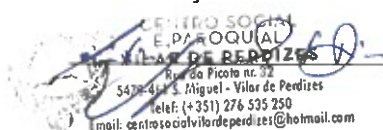
Contabilista Certificado
CC nº 15330

**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) do periodo findo em
31-12-2022
(montantes em euros)**

APOIO DOMICILIARIO

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2022	2021
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados		34.255,00	24.890,00
Subsídios, doações e legados à exploração		44.260,40	35.264,56
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		(22.499,02)	(15.922,87)
Gastos com o pessoal		(73.714,71)	(24.015,72)
Imparidade (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Outros rendimentos		2.072,37	2.867,84
Outros gastos		(297,25)	(45,10)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(15.923,21)	23.038,71
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(3.649,26)	(2.404,56)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(19.572,47)	20.634,15
Gasto de financiamento (líquidos)		(120,66)	
Resultado antes de impostos		(19.693,12)	20.634,15
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(19.693,12)	20.634,15

Direção



Contabilista Certificado
A. J. Coentro Chaves
CC Nº 15330

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
modelo para ESNL do período findo em 31-12-2022

Montantes expressos em EURO

	PERÍODOS	
	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de Clientes e utentes	253.451,60	204.551,26
Pagamentos a Fornecedores	(148.528,88)	(123.571,43)
Pagamentos ao Pessoal	(161.894,51)	(138.063,68)
Caixa gerada pelas operações	(56.971,79)	(57.083,85)
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos	56.767,60	53.346,18
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(204,19)	(3.737,67)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a :		
Ativos fixos tangíveis	48.940,84	159.755,28
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros	1.228,38	1.049,44
Outros ativos		
Recebimentos provenientes de :		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros ativos		
Subsídios ao investimento	8.267,23	103.909,26
Juros e rendimentos similares		
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	(41.901,99)	(56.895,46)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de :		
Financiamentos obtidos	40.000,00	18.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações	11.700,00	8.920,00
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a :		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		
Dividendos		
Redução de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	51.700,00	26.920,00
Varição de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)	9.593,82	(33.713,13)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	5.075,54	38.788,67
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14.669,36	5.075,54

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2021

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Montantes expressos em EUROS (sem decimais)									
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedente de revalorização	Ajustamentos/Otras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	TOTAL dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	175.026,57		17.940,22	(38.357)		122.909,12	22.101,39	299.620,31		299.620,31
Alterações no período:										
Primeira adopção do referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de dem. financeiras										
Realização de excedentes de revalorização										
Excedentes de revalorização										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais				22.101,39		104.258		126.359		126.359
Resultado líquido do período							16.166,16	16.166,16		16.166,16
Resultado integral							16.166,16	16.166,16		16.166,16
Operações c/detentores de Fundos Patrimoniais:										
Subscrições de capital										
Subscrições de prémios de emissão										
Distribuições										
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações										
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	175.026,57		17.940,22	-16.255,60	0,00	122.909,12	16.166,16	420.044,51	0,00	420.044,51

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2022

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Montantes expressos em EUROS (sem decimais)									
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedente de revalorização	Ajustamentos/Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	TOTAL dos Fundos Patrimoniais
6	175.026,57		17.940,22	-16.255,60		170.581,50	16.166,16	363.458,85	0,00	363.458,85
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021										
Alterações no período:										
Primeira adopção do referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de dem. financeiras										
Realização de excedentes de revalorização										
Excedentes de revalorização										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais				16.166,16		1.843,83		18.009,99		18.009,99
7				16166,16		1843,83	0,00	18009,99	0,00	18009,99
Resultado líquido do período							3.178,46	3.178,46		
8							3.178,46	21.188,45		21.188,45
9 = 7+8										
Operações c/detentores de Fundos Patrimoniais:										
Subscrições de capital										
Subscrições de prémios de emissão										
Distribuições										
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações										
10										
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	175.026,57	0,00	17.940,22	-89,44	0,00	172.425,33	3.178,46	368.481,14	0,00	368.481,14

ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Centro Social Paroquial de Vilar de Perdizes

Ano: 2022

Identificação da entidade

Identificação geral

Designação da entidade: Centro Social Paroquial de Vilar de Perdizes

Número de identificação de pessoa coletiva: 501333967

Lugar de sede social: Rua da Picota, n.º32

Endereço eletrónico: centrosocialvilardeperdizes@hotmail.com

Natureza da atividade: Atividade de Apoio Social com alojamento, n.e

Comparabilidade entre exercícios

As quantias relativas ao período de 2022, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período de 2021.

Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Enquadramento

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho, emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2022. Mais especificamente foi utilizada a Norma das Entidades do sector não Lucrativo.

Principais políticas contabilísticas

Bases de mensuração usadas na preparação das DF

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

A sua preparação teve por base o modelo do custo, com exclusão dos terrenos e edifícios, que se encontram mensurados pelo modelo de revalorização e os instrumentos financeiros que se encontram mensurados pelo modelo do justo valor.

Nas notas a cada uma das contas, foram incluídas explicações sobre as bases de mensuração utilizadas nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação.

Outras políticas contábilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

Após o reconhecimento inicial, os terrenos e edifícios são mensurados de acordo com o modelo de revalorização, correspondendo a sua quantia escriturada na data de relato ao seu justo valor na data da última revalorização deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. São efetuadas revalorizações sempre que haja indícios de que o valor escriturado se afaste do seu justo valor ou pelo menos uma vez em cada três anos.

Os restantes ativos fixos tangíveis são mensurados pelo modelo do custo, o qual consiste na sua escrituração pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e menos quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e valorização do capital investido e não para uso ou fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo custo de aquisição ou de produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao custo deduzido de depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

Anualmente são realizadas avaliações às propriedades de investimento para determinar o seu justo valor, para efeito e divulgação, e eventuais perdas por imparidade.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gasto no período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas.

Investimentos financeiros - subsidiárias e associadas

Os investimentos financeiros em subsidiárias e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do investidor nos

resultados da investida após a data de aquisição. Os resultados da entidade incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição (Goodwill) é mantido no valor do investimento financeiro.

Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo é reconhecido como um rendimento do exercício.

Inventários

Os inventários são registados ao menor entre o custo e o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda esperado deduzido dos custos estimados para efetuar a venda.

A diferença entre o custo e o valor líquido realizável é registada em perdas por imparidade no período em que ocorrer.

O método de custeio dos inventários adotado pela empresa consiste no custo médio ponderado.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados:

- a) ao custo ou custo amortizado, deduzido de qualquer perda por imparidade; ou
- b) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber estão mensurados ao custo ou custo amortizado menos quaisquer perdas por imparidade. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, ou se são relacionados com a atividade operacional, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal deduzidas de perdas por imparidade, calculadas com base no risco de cobrabilidade e na antiguidade.

As contas a receber classificadas como ativo não corrente são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade procede-se ao registo da mesma.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo valor nominal recebido.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os juros vencidos e não liquidados à data do balanço são classificados na rubrica de "Outras contas a pagar".

Contas a pagar

As contas a pagar (saldos de fornecedores e outros credores) são responsabilidades assumidas no decurso normal da atividade. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

As contas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

Venda de bens

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

Prestações de serviços

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço. Quando a prestação de serviços transita de um período para outro, o reconhecimento do rédito, na data de relato, é calculado com base na fase de acabamento.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade;
- a fase de acabamento possa ser fiavelmente mensurada.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

Juízos de valor

Na preparação das presentes demonstrações financeiras não foram utilizados juízos de valor que afetaram a aplicação de políticas contabilísticas bem como as quantias reportadas de ativos e passivos e as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte, apesar da alteração de mensuração dos ativos fixos tangíveis.

Os juízos de valor que implicaram alterações de políticas contabilísticas dizem respeito ao facto de a gestão ter considerado que os valores atuais dos terrenos e dos edifícios não refletiam o justo valor desses ativos e que o mesmo se encontrava significativamente subavaliado, basearam-se no conhecimento e na experiência adquirida na gestão da empresa e nas expectativas para o futuro, face às circunstâncias atuais e à evolução registada nos últimos anos e na melhor informação disponível à data de relato. Por esse facto passou a mensurar esses ativos pelo modelo de revalorização.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa.

As perspetivas existentes para o futuro e para a continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados, no enquadramento presente da empresa no seu sector, nas expectativas de evolução do negócio e na concretização da estratégia delineada para o futuro próximo.

Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer alteração que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e portanto não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período de relato.

Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da empresa são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa dos órgãos de gestão, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa, para efeitos de relato financeiro, difira dos montantes estimados. Na eventualidade de os eventos futuros poderem vir a alterar as estimativas efetuadas, serão as mesmas corrigidas em resultados de forma prospetiva.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um maior risco de originar um ajustamento material na quantia escriturada de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Estimativas do justo valor e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento.

As estimativas, tais como os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos anualmente e ajustados, quando se afigura necessário

Imparidade de contas a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber. Esta avaliação é efetuada em função do tempo de incumprimento, do histórico de crédito do cliente e da deterioração da situação financeira dos principais clientes. Caso as condições financeiras dos clientes se deteriore, as perdas de imparidade poderão ser superiores ao esperado.

Estas estimativas são revistas anualmente, e efetuados os correspondentes ajustamentos.

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor, bem como critérios e prudência. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

Provisões

O reconhecimento ou não de uma provisão pressupõe um julgamento considerável por parte dos órgãos de gestão da empresa. As provisões são constituídas quando a empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja provável e possa ser razoavelmente estimada.

As perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível.

Fluxos de Caixa

Enquadramento

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, utilizando o método direto. A empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Comentário sobre os saldos significativos não disponíveis para uso

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

Desagregação dos valores inscritos de caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021, o saldo de caixa e seus equivalentes que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, detalha-se como segue:

	2022	2021
Caixa	815,66	835,90
Depósitos à ordem	13.853,70	4.239,64
Total	14.669,36	5.075,54

Ativos intangíveis

Divulgações gerais

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade, quando aplicável.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa e os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis incluem essencialmente despesas com aquisição de marcas, detenção de propriedade de programas de computador (quando não está associado a um ativo fixo tangível), e propriedade industrial (patentes). Também incluem as despesas de desenvolvimento sempre que se demonstre a intenção e a capacidade técnica para completar esse desenvolvimento, a fim de o mesmo estar disponível para comercialização ou uso.

As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método da linha reta (quotas constantes), a partir do momento em que se encontram disponíveis para uso.

Valorização das várias classes

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis e nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Exercício de 2022	Projectos de desenvolvimento	Software	Ativos intangíveis em curso
Ativo Bruto			
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	3.605,01	2.494,25	155,13
Adições			
Revalorizações			
Alienações			
Saldo final em 31 de Dezembro de 2022(A)	3.605,01	2.494,25	155,13
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	3.605,01	2.494,25	
Saldo em 31 de Dezembro de 2021			
Amortizações do período			
Imparidades do período			
Imparidades revertidas			
Saldo final em 31 de Dezembro de 2022 (B)	3.605,01	2.494,25	
Valor líquido (A) – (B)			155,13

Ativos fixos tangíveis

Divulgações gerais

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros dispêndios diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

Os restantes ativos fixos tangíveis são mensurados pelo modelo do custo, o qual consiste na sua escrituração pelo custo menos qualquer depreciação acumuladas e menos quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para bens adquiridos antes de 1 de Janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 [e/ou] no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respetivo bem entrou em funcionamento.

Apresenta-se, no quadro seguinte, um resumo da valorização das várias classes de ativos fixos tangíveis:

Exercício Atual

	Terenos	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. De transporte	Equipam. administrat.	Ativo fixo em curso	Total
Ativo Bruto							
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	26 450,00	521 955,66	72 298,17	40138,25	66 754,45		691 238,61
Aquisições		36 357,92	9 153,00		16 582,04		62 092,96
Reavaliações							
Alienações							
Saldo final em 31 de Dezembro de 2022 (A)	26 450,00	521 955,66	81 451,17	40138,25	83 336,49		753 331,57
Deprec. e perdas p/ impar. acum.							
Saldo em 31 de Dezembro de 2021		135 779,59	37 686,75	24 138,25	5 336,70		265 031,60
Depreciações do exercício		19 088,87	6 742,56		1 666,27		27 497,70
Perdas por imparidade							
Saldo final em 31 de Dezembro de 2022 (B)		154 868,46	30 944,19				292 529,31
Valor líquido (A) – (B)	26 450,00	367 087,20	37 021,86	16 000,00	20 342,47		494 399,32

Locações

Divulgações gerais

A classificação das locações em locação financeira ou locação operacional é feita em função da substância do contrato e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo subjacente. Se tais condições não se verificarem, as locações são classificadas como locações operacionais.

O valor dos bens adquiridos por meio de um contrato de locação financeira é registado no balanço como ativo e a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos".

Os juros pagos e as depreciações dos ativos são registados na demonstração dos resultados no período a que respeitam, em juros e gastos similares suportados e em gastos de depreciação, respetivamente.

No contrato de locação operacional o valor dos pagamentos efetuados é registado em gastos do período, numa base linear e durante o período do respetivo contrato, e reconhecidos na demonstração dos resultados.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

Investimentos Financeiros/Outros

No final de 2022 e 2021, a empresa detinha os seguintes Investimentos no Fundo de Compensação do Trabalho em que investe aproximadamente 1% da remuneração do pessoal contratado após 01-10-2013.

Entidade	Valor
Fundo de compensação do Trabalho	4 335,90

Rédito

Divulgações gerais

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço. Quando a prestação de serviços transita de um período para outro, o reconhecimento do rédito, na data de relato, é calculado com base na fase de acabamento, determinado com base nos custos incorridos face aos custos totais previstos.

O reconhecimento do rédito das prestações de serviço depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade;
- A fase de acabamento possa ser fiavelmente mensurada.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

Quadro: 5

	2022	2021
Prestação de serviços	258 116,60	209 940,20
Subsídios/Doações	168 525,13	139 569,61
Outros	15 615,59	24 189,39
Total	442 257,32	373 699,20

Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Política contabilística adotada

Um subsídio do Governo é reconhecido quando haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios. Subsequentemente, relativamente aos subsídios relacionados com ativos depreciables, são imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Relativamente aos subsídios para ativos não depreciables, são mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos. No caso de estes subsídios adquirirem a condição de não reembolsáveis, passam a ter o tratamento dos subsídios não reembolsáveis.

Os subsídios relacionados com rendimentos imputam-se ao rendimento do período, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como "Subsídios à exploração" na demonstração dos resultados.

Instrumentos financeiros

Políticas contabilísticas

A empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento financeiro.

Os instrumentos de capital próprio são reconhecidos no capital próprio quando a entidade emite tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a entregar dinheiro ou outro recurso em troca dos referidos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados: ao custo ou custo amortizado; ou ao justo valor, com as alterações do justo valor reconhecidas em resultados.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pela própria entidade são mensurados pelo dinheiro recebido ou pelo justo valor dos recursos recebidos.

À data de cada relato, a empresa avalia a existência de eventuais imparidades nos ativos financeiros mensurados ao custo ou custo amortizado. Se existir uma evidência objetiva de imparidade a empresa reconhece uma perda por imparidade.

Contas a receber / Investimentos financeiros

Os saldos de clientes e outras contas a receber estão mensurados ao custo ou custo amortizado menos quaisquer perdas por imparidade. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal deduzidas de perdas por imparidade, calculadas com base no risco de cobrabilidade e na antiguidade.

As contas a receber classificadas como ativo não corrente são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade procede-se ao registo da mesma.

As perdas por imparidade são calculadas com base na antiguidade das contas a receber ou qualquer outra evidência que indique qua a quantia, total ou parcial, não venha a ser recuperada. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo revertidas também por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeito da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "Caixa e seus equivalentes" é deduzida dos descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de "Financiamentos obtidos".

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo valor nominal recebido.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os juros vencidos e não liquidados à data do balanço são classificados na rubrica de "Outras contas a pagar".

Contas a pagar

As contas a pagar (saldos de fornecedores e outros credores) são responsabilidades assumidas no decurso normal da atividade. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

As contas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Instrumentos de capital

Os custos com a emissão de novas ações são reconhecidos diretamente em capital como dedução à quantia inscrita no capital próprio.

Os custos com uma emissão de capital próprio que não se concluiu são reconhecidos como gasto.

As ações próprias são reconhecidas pelo seu custo de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas com a sua alienação são igualmente reconhecidos em capital próprio não afetando o resultado do período.

Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros.

	2022			2021		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escrutinada	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escrutinada
Caixa e equivalentes a caixa	14 669,36		14 669,36	5 075,54		5 075,54
Caixa	815,66		815,66	835,90		835,90
Depósitos bancários	13 853,70		13 853,70	4 239,64		4 239,64
Ativos financ. ao justo valor por resultados:						
Ativos financ. detidos para negociação						
...						
Ativos financ. ao custo ou custo amortizado:						
Ativos não correntes	471 392,69		471 392,69	409 087,60		409 087,60
...						
Ativos correntes	64 994,95		64 994,95	35 778,23		35 778,23
Clientes	19 773,85		19 773,85	15 108,85		15 108,85
Acionistas/sócios						

	2022	2021
Passivos não correntes	40 000,00	0
Financiamentos bancários	40 000,00	0
...		
Passivos correntes	127 906,50	81 406,98
Financiamentos bancários		
Fornecedores	41 267,39	20 262,79
Acionistas/sócios		

Cientes e outras contas a receber

Cientes

A quantia escriturada de clientes, no período findo em 2022 e 2021, apresentava os seguintes saldos:

	2022	2021
Cientes c/corrente gerais	19 773,85	15 108,85
Cientes Tit. Receber gerais		
...		
Cientes de Cob. Duvidosa		
Cientes c/ corrente Empresa-mãe		
Cientes Tit. Receber Empresa-mãe		
...		
Imparidades acumuladas		
Total	19 773,85	15 108,85

Financiamentos obtidos

No período findo em 2022 e 2021, a entidade apresentava os seguintes saldos de financiamentos obtidos:

	2022	2021
Não corrente		0
Empréstimos bancários	40 000,00	
Locação financeira		0
Corrente		
Empréstimos bancários		
Locação financeira		
outros	18 000	18 000
Total		0

Fornecedores e outras contas a pagar

A quantia escriturada de fornecedores, no período findo em 2022 e 2021, apresentava os seguintes saldos:

	2022	2021
Fornec. g/ corrente gerais	41 267,39	20 262,79
Fornec. tfl. gerais		
...		
...		
Total	41 267,39	20 262,79

Outras contas a pagar

A quantia escriturada de outras contas a pagar, no período findo em 2022 e 2021, apresentava os seguintes saldos:

	2022	2021
Não corrente		
Acionistas/sócios		
Corrente		
Acionistas/sócios		
Estado e outros entes públicos	11 599,22	7 763,19
...	54 670,25	51 753,73
Total	66 269,47	63.017,35

Benefícios dos empregados

Divulgações gerais

Os benefícios dos empregados incluem os encargos suportados pela entidade com os seus trabalhadores.

Os benefícios dos empregados são reconhecidos como gasto da entidade no período em que os correspondentes serviços são prestados.

O direito às férias e subsídio de férias dos empregados vence-se no final de cada ano, sendo pago no período seguinte. No entanto, o gasto correspondente é reconhecido no período em que se venceram e o serviço foi prestado por contrapartida de outras contas a pagar.

As gratificações a título de participação nos lucros são reconhecidas em gastos com o pessoal no período em que os lucros são gerados se houver uma convicção forte de que as mesmas vão ser aprovadas na Assembleia Geral de Acionistas.

Benefícios curto prazo

Os benefícios dos empregados reconhecidos na demonstração dos resultados são exclusivamente benefícios de curto prazo. Também não existem benefícios de cessação de emprego.

Os gastos com pessoal, incorridos nos períodos de 2022 e 2021, foram os seguintes:

	2022	2021
Órgãos Sociais		
Remunerações		
Prêmios/gratificações		
Encargos Sociais		
...		
Pessoal	238 898,68	202 565,86
Remunerações	195 441,35	168 150,40
Encargos Sociais	39 772,99	30 563,37
...	3 684,34	3 852,09
Total	238 898,68	202 565,86

A rubrica «outros gastos» inclui gastos com a medicina no trabalho, formação, seguro de saúde e seguro de acidentes de trabalho bem como os custos do fundo de garantia do trabalho.

Outras informações

Fornecimentos e serviços externos

Nos períodos findos de 2022 e 2021, a rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" apresentava a seguinte composição:

	2022	2021
Subcontratos	77 031,87	54 673,67
Trabalhos especializados	27 645,62	14 975,23
Energia e Fluidos	44 677,73	41 713,38
...		
Outros gastos	20 178,26	22 942,69
Total	169 533,48	134 304,97

Dívidas ao setor público

Informa-se que a empresa à data de encerramento das contas do período de 2022 tem a sua situação "regularizada" perante a Segurança Social, tal como relativamente à Administração Tributária, não existindo, por isso, qualquer dívida em mora ao estado e outros entes públicos.

